



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

Relatório de Gestão 2015

Catálogo na Fonte

P 221p.

Pará. Tribunal de Contas do Estado
Relatório de Gestão 2015/Tribunal de Contas do Estado. Belém:
Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica. Belém: TCE - PA
2016.
40p.

Conteúdo: Relatório de Gestão 2015

1. Relatório de Gestão - Tribunal de Contas - Pará
Tribunal de Contas do Estado. Secretaria de Planejamento e Gestão
Estratégica I. Título

CDD 658.401
CDU 657.635 (0473)

PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARÁ

PRESIDENTE

Conselheiro Luis da Cunha Teixeira

VICE-PRESIDENTE

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira

CORREGEDOR

Conselheiro André Teixeira Dias

MEMBROS

Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves

(Coordenador de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência)

Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior

(Coordenador de Tecnologia da Informação)

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira

(Ouvidor)

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiro

*(Coordenadora de Assistência Social e
Presidente do conselho consultivo da Escola de Contas Alberto Veloso)*

Conselheiro Substituto Julival Silva Rocha

Conselheira Substituta Milene Dias Cunha

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

Conselheiro Luis da Cunha Teixeira

VICE-PRESIDENTE

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira

CORREGEDOR

Conselheiro André Teixeira Dias

CHEFE DE GABINETE

Tereza Cristina João

PROCURADOR

Luiz Roberto dos Reis Junior

SECRETÁRIO GERAL

José Arlindo Siqueira da Silva

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO

Carlos Edilson de Melo Resque

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

José Eduardo Rodrigues Lobão

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Alice Cristina da Costa Loureiro

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Cláudio Moreira Vinagre

SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

Max Ney de Parijós

SECRETÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DA UNIDADE REGIONAL SANTARÉM

Arão de Jesus Rocha

SECRETÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DA UNIDADE REGIONAL MARABÁ

Antonio Carlos de Ferreira Meireles Junior

DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE CONTAS ALBERTO VELOSO

Maria de Jesus Amaral Damasceno

É com imensa satisfação que apresentamos este relatório de gestão do exercício de 2015. Neste documento os principais resultados das atividades desenvolvidas por esta gestão, com propósito de dar transparência e conhecimento à sociedade, das ações que foram implementadas, no sentido de aprimorar a governança no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) e fortalecer o controle externo no Estado.

As ações desenvolvidas são frutos de uma gestão colegiada e da sinergia entre as unidades de trabalho deste Tribunal. Estas ações foram orientadas pelo Plano de Gestão 2015-2017, elaborado de forma colaborativa e compartilhada.

Com o objetivo de fomentar o controle social, desenvolvemos, ao longo do ano, ações como a Implantação da Ouvidoria, a ampliação do projeto TCE Cidadão, a participação no Pacto pela Educação e a realização do VII Fórum TCE-PA e Jurisdicionados.

No tocante ao Planejamento e Gestão Estratégica, destacamos a elaboração e aprovação do Plano Estratégico 2016-2021, a implementação do Sistema de Monitoramento do Planejamento (SISPLAN) e a constituição do Comitê de Gestão Operacional (CGO).

Visando a Efetividade do Controle Externo, o TCE-PA realizou Auditoria Operacional na área da saúde e monitoramento de ações das auditorias nas áreas da educação e saneamento além de iniciar o projeto para implantação do Processo Eletrônico.

As Parcerias Interinstitucionais realizadas pelo TCE-PA visam aprimorar o exercício do controle externo. Desse modo foram celebradas parcerias, entre outras, com a Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria da Fazenda (SEFA), para a realização de auditorias em recursos externos e estaduais. Também foram firmados acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Tribunal de Contas da União (TCU), para compartilhamento mútuo de ferramentas, métodos e procedimentos referenciados como boas práticas na gestão pública.

Foi assinada, ainda, parceria com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (FA-SEPA) com o objetivo de abrir portas aos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho.

O TCE-PA, em 2015, compartilhou experiências exitosas. Como exemplo, a metodologia de elaboração do Plano Estratégico 2016-2021 e o projeto TCE Cidadão, com a divulgação de sua cartilha eletrônica, dentre outros. Além disso, com a finalidade de aproximar o Tribunal de Contas dos seus jurisdicionados e da sociedade paraense, realizou o VII Fórum TCE-PA e Jurisdicionados; a Terceira Reunião Interinstitucional do Marco Regulatório do 3º Setor; a Jornada Científica do IRB e as Sextas de Integração.

O Tribunal, também aderiu ao Marco de Medição do Desempenho (MMD), que é um programa de qualidade dos Tribunais de Contas promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e criou a Comissão de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência do TCE-PA.

A ampliação de projetos de capacitação e desenvolvimento, atração e retenção de competências, a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores do Tribunal, a adoção de políticas voltadas à valorização dos servidores além dos programas de qualidade de vida, foram diretrizes adotadas pela atual gestão. Em 2015, também foram tomadas medidas para a realização de Concurso Público para provimento de cargos de níveis médio e superior do Quadro de Pessoal do TCE-PA, no ano de 2016.

Todas as ações desenvolvidas visam a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos por este Tribunal de Contas, que no exercício do controle externo busca resguardar a independência dos poderes, fortalecer a democracia, zelar para transparência e pela ética no serviço público, e enfim aperfeiçoar o modelo de governança para bem servir a sociedade.

PLANO DE GESTÃO 2015-2017	13
FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL	15
PLANEJAMENTO E GESTÃO	22
EFETIVIDADE NO CONTROLE EXTERNO	24
BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO	26
PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS COLABORAM COM O CONTROLE EXTERNO	30
CAPACITAÇÃO: FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO	32
POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS VALORIZA SERVIDORES	33
RESPONSABILIDADE SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	34
ADMINISTRAÇÃO COM FOCO NA EFICIÊNCIA	35

PLANO DE GESTÃO 2015-2017

METAS PACTUADAS DE FORMA COLABORATIVA

O Plano de Gestão indica as metas do TCE-PA, a serem realizadas no período de 2015-2017. O Plano foi elaborado a partir de diversas reuniões de trabalho, de forma colaborativa e compartilhada, com a participação de todas as unidades de trabalho do Tribunal de Contas.

Importante destacar que as ações definidas foram pactuadas entre os responsáveis pela execução para acontecer no período do Plano de Gestão. Durante a implementação do Plano, este foi aprimorado à medida em que as ações eram executadas e exigiam o seu redimensionamento de prazo para viabilizar o cumprimento da meta programada.

O monitoramento das ações do plano é realizado pelo Sistema de Monitoramento do Planejamento (SISPLAN) que tem como objetivo monitorar e avaliar as ações e etapas do Plano de Gestão 2015 - 2017.

O Plano de Gestão é composto por 51 ações e 223 etapas, e sua implantação foi distribuída entre 85 responsáveis (servidores e membros deste Tribunal). No primeiro ano desta gestão foram concluídas 04 ações, 8% do total previsto; 82% das ações estão em andamento e 10% serão iniciadas em 2016. O Gráfico a seguir ilustra o desempenho das ações estabelecidas para o biênio 2015-2017.

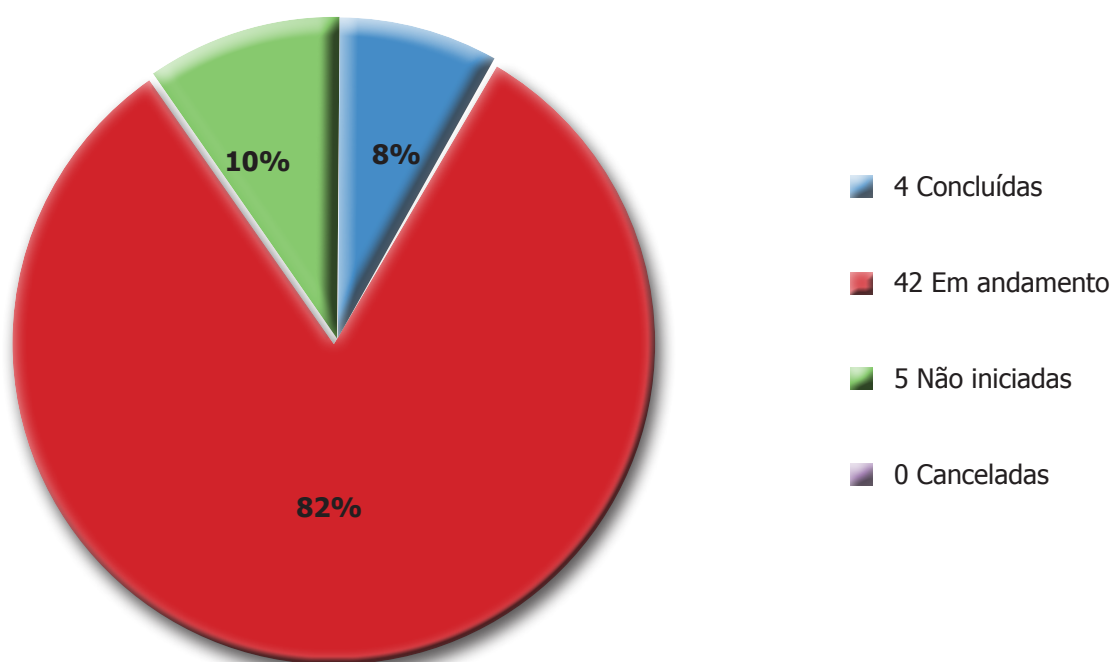


Gráfico1 Desempenho das ações do Plano de Gestão 2015-2017

Fonte: TCE-PA/SISPLAN

AÇÕES PRIORITÁRIAS DO PLANO DE GESTÃO 2015-2017

- Implementação de Norma para Redução do Passivo de Processos;
- Implementação de Sistema Informatizado de Cadastro de Informações para as Atividades de Fiscalização;
- Implementação de Auditoria em Recursos Externos;
- Implantação da Coordenadoria de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência;
- Aperfeiçoamento da Metodologia de Fiscalização;
- Mapeamento de Processos de Trabalho de Fiscalização;
- Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do TCE-PA;
- Expansão do Projeto TCE CIDADÃO;
- Implantação da Ouvidoria do TCE-PA;
- Aplicação de *Media Training*;
- Elaboração da Revista Eletrônica da Procuradoria;
- Elaboração do Plano de Gestão por Competência;
- Elaboração do Plano de Gestão do Desempenho;
- Realização do Concurso Público;
- Implementação do Plano de Formação Continuada;
- Implantação do Sistema de Educação a Distância (EaD);
- Constituição do Comitê de Gestão Operacional;
- Revisão das Normas Relativas ao Sistema de Planejamento;
- Implementação de Sistema Informatizado de Planejamento;
- Implantação do Sistema de Governança de TI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Implantação da Política Corporativa de Segurança da Informação;
- Implantação do Processo Eletrônico;
- Implantação do Portal Colaborativo;
- Implantação do novo Data Center;
- Implantação de rede WIFI Corporativa no TCE-PA;
- Implantação da Central de Serviços.



www.tce.pa.gov.br
ouvidoria@tce.pa.gov.br
(91) 3210-0803/ 3210-0800



Visite o Centro de Memória do TCE-PA
Tv. Quintino Bocaiúva, 1585
Nazaré - Belém - PA
66035-903

FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL

Promover a consciência cidadã ou em outras palavras, despertar o envolvimento com as questões da coletividade participando e interagindo, faz parte da estratégia de administração do conselheiro Luis Cunha. Isto exige canais de diálogo que tornem possível a interação do controle externo com a sociedade a fim de incentivá-la na fiscalização dos recursos públicos. Nesse sentido, vale citar algumas ações relevantes destacadas em 2015 neste Tribunal de Contas.

Transparência
Efetividade
Cidadania

IMPLANTAÇÃO DA OUVIDORIA: UM CANAL COM A POPULAÇÃO

Dentre as ações previstas no Plano de Gestão 2015-2017, encontra-se a implantação da Ouvidoria do TCE-PA. Criada pela Lei Complementar nº 81/2012 – Lei Orgânica do TCE-PA, a Ouvidoria tem como missão assegurar ao cidadão a participação na melhoria da atuação do controle externo exercido pelo Tribunal. Este é um importante instrumento de cidadania que contribui para o exercício do controle social e a excelência no exercício do controle externo.

Previsto no Ato nº 68/2014 - Regulamento da Ouvidoria do TCE-PA, e aprovado, pela Resolução 18.728 de 03/09/2015, o Manual de Procedimentos da Ouvidoria, foi elaborado, aprovado e implementado com a finalidade de normatizar os procedimentos internos, além de orientar a execução das tarefas da Ouvidoria. Foi divulgada, também em 2015, a Carta de Serviços ao Cidadão, com o objetivo de informar à sociedade os produtos disponibilizados pela Ouvidoria.

A página virtual, representada abaixo, produto da Ouvidoria do TCE-PA, está disponível aos cidadãos como mais uma ferramenta de fomento do controle social.

Acesse <http://www.tce.pa.gov.br/index.php/institucional/ouvidoria>.

TCE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Controle Externo em benefício da sociedade

A Ouvidoria

SEJA BEM-VINDO,

A Ouvidoria é mais um instrumento do Tribunal de Contas do Estado do Pará a sua disposição. Criada pela Lei Complementar nº 81/12 e regulamentada mediante o Ato nº 68/14 é uma instância de representação do cidadão junto ao TCE-PA.

Utilizando este instrumento, todo cidadão pode encaminhar elogios, sugestões, críticas ou solicitar informações sobre os serviços prestados pelo Tribunal. As reclamações ou denúncias sobre indícios de irregularidades ou ilegalidades sobre atos de gestão praticados por administrador ou responsável sujeito a jurisdição do TCE-PA, também podem ser encaminhadas por meio da Ouvidoria.

Desta forma, as demandas recebidas pela Ouvidoria têm por finalidade contribuir para o aprimoramento da fiscalização na aplicação dos recursos públicos estaduais e fortalecer o controle externo da administração pública.

Indicadores

Noticias...

- 14/03/2016 - Ouvidoria propõe criação de Comitê de Segurança da...
- 15/02/2016 - Ouvidoria encaminha à presidência Relatório de...
- 15/02/2016 - Ouvidoria encaminha Relatório de 2015 - LAI à...

Canais de Atendimento

- Formulário disponível na opção "Nova Demanda" nesta página.
- ouvidoria@tce.pa.gov.br
- (91) 3210-0803
(91) 3210-0800
- Ouvidoria
Tribunal de Contas do Estado do Pará
Trav. Quintino Bocaiuva, 1585 - Nazaré.
Belém - PA. CEP: 66.035-903
- Ouvidoria do TCE-PA
Trav. Quintino Bocaiuva, 1585 - Nazaré. Anexo 3. Belém - PA.
Horário de atendimento: das 8h às

Figura1 Canal de controle social

Fonte: Site do TCE-PA

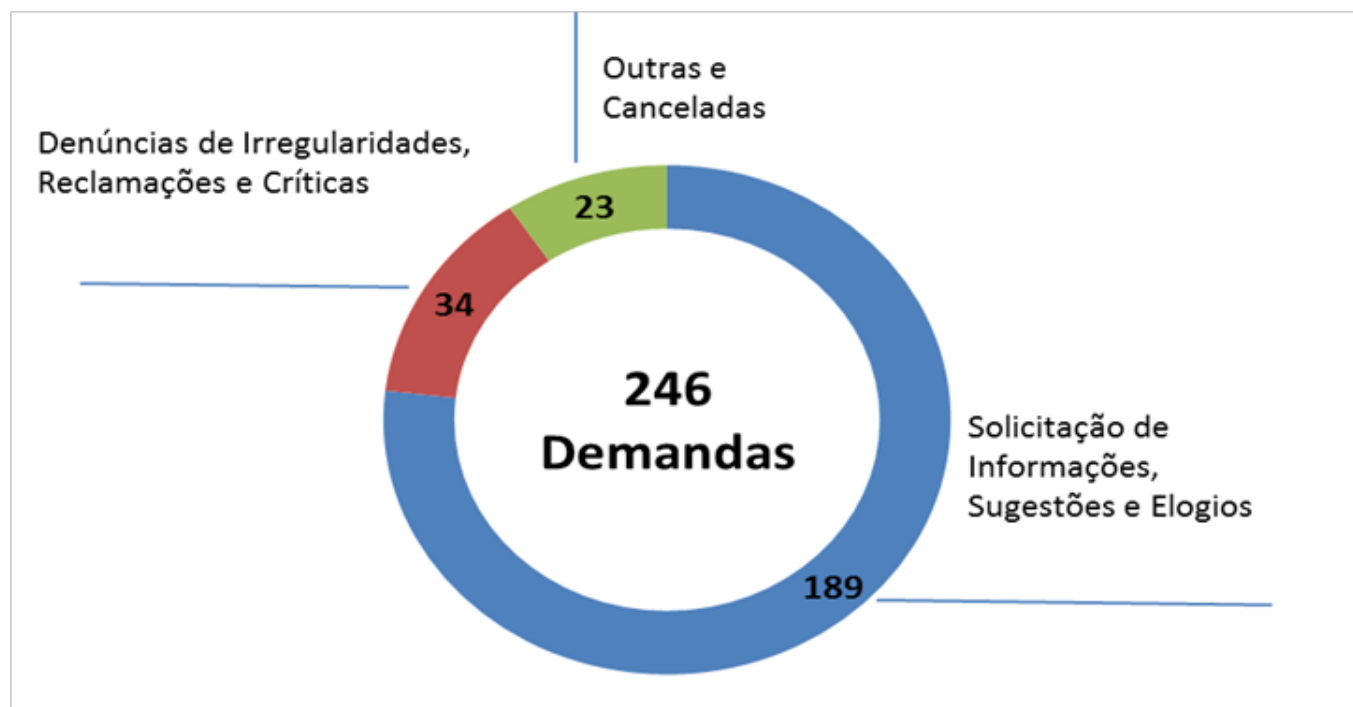


Gráfico2 Ouvidoria em números

Fonte: TCE-PA/SISPLAN

TCE-CIDADÃO: PROJETO QUE APROXIMA O CONTROLE EXTERNO DO CIDADÃO PARAENSE

O projeto TCE Cidadão tem como objetivo difundir informações aos docentes e discentes das Escolas da Rede Pública de Ensino Estadual, sobre como exercer o controle social na fiscalização dos recursos públicos estaduais, bem como prestar esclarecimentos acerca dos aspectos relevantes da atuação do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA).

Em 2015 o Projeto atingiu um universo de 63 (sessenta e três) escolas estaduais da rede pública, realizando palestras voltadas aos estudantes dessa rede de ensino, sobre como a sociedade pode ajudar a fiscalizar o uso dos recursos públicos estaduais. O TCE Cidadão esteve presente nos municípios de: Belém, Ananindeua, Marituba, São Miguel do Guamá, Canaã dos Carajás, Almeirim, Monte Dourado, Marabá, Curralinho, Tracuateua, Salinópolis, Primavera, Santa Bárbara, Ulianópolis, e Salvaterra, atingindo cerca de 4.324 (quatro mil trezentos e vinte e quatro) alunos, além da divulgação da cartilha eletrônica "Cidadania em Ação".

Em mais uma ação de cidadania, e boas práticas realizadas na administração do Conselheiro Luis Cunha, o TCE-PA, por meio da Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV), realizou o treinamento para 50 servidores que se disponibilizaram em ser multiplicadores do projeto TCE Cidadão.



“PRECISAMOS FAZER A JUVENTUDE VOLTAR A ACREDITAR NO BRASIL, E QUE ELES COBREM DOS AGENTES PÚBLICOS A CORRETA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS, PARA QUE TENHAMOS UMA PÁTRIA MAIS JUSTA, FRATERNA E IGUALITÁRIA”, DESTACOU O DECANO, NELSON CHAVES.



PACTO PELA EDUCAÇÃO: FORTALECENDO OS CONSELHOS ESCOLARES

O Pacto pela Educação, é outro projeto executado pela ECAV. Em parceria com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), a Secretaria da Fazenda (SEFA) e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), foram desenvolvidas ações integradas com o objetivo de fortalecer os Conselhos de Educação Estadual (CEE). Tem como finalidade elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do Estado do Pará. O papel do TCE-PA nesse projeto é o fortalecimento dos Conselhos da área de educação para que estes atuem de forma adimplente, garantindo assim o repasse e aplicação correta dos recursos na área da educação. Esta ação tem como meta regularizar 90% dos Conselhos Escolares das escolas públicas das redes Estadual e Municipal de ensino.

O público alvo do projeto são integrantes dos Conselho Escolares e Gestores de Escolas da rede pública de ensino. Em todo Estado do Pará no ano de 2015 foram capacitadas, 991 (novecentos e noventa e uma) pessoas.



“O PACTO PELA EDUCAÇÃO TEM POR FINALIDADE ELEVAR O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB), E PARA ISSO O ESTADO DO PARÁ TEM CONTADO COM A DEDICAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESCOLARES, QUE MERECEM NOSSO RECONHECIMENTO”. PRESIDENTE LUIS CUNHA.



CONTROLE EXTERNO DEBATE GOVERNANÇA COLABORATIVA NO VII FÓRUM TCE-PA E JURISDICIONADOS

Objetivando o compromisso com a transparência, a necessidade de aprimorar as atividades de fiscalização e de aproximar o Tribunal de Contas dos jurisdicionados e da sociedade paraense, além de fomentar discussões sobre o controle social, foi realizado, em junho de 2015, o VII Fórum TCE-PA e Jurisdicionados, com o tema “Os Tribunais de Contas no Controle da Aplicação dos Recursos Públicos”. O evento foi realizado em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), o Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA), o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCM-PA) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Compareceram à abertura do VII Fórum, várias autoridades entre vereadores e prefeitos de vários municípios do Pará, conselheiros de tribunais de contas de outros estados, além dos presidentes do TCE-PA e do TCM-PA, de conselheiros dos dois tribunais e do Governador do Estado. Pela primeira vez participaram de um



evento oficial do tribunal o cônsul do Japão em Belém Masahiko Kobayashi e do arcebispo de Belém, Dom Alberto Taveira.

O evento teve a presença de 1.335 participantes, dentre eles, a gestores da Administração Pública, representantes da sociedade civil organizada, servidores públicos estaduais e municipais, e o cidadão paraense em geral.

No VII Fórum TCE e Jurisdicionados foram abordados temas como: ética, controle social, combate a desvios, boa governança e gestão dos recursos hídricos.

Abrindo a parte científica do VII Fórum, o ministro Augusto Nardes proferiu a palestra magna, com o tema “Os TC’s no Controle da Aplicação dos Recursos Públicos”, abordando também alguns elementos da Governança Pública, objeto do livro que lançou em Belém.

Entre os palestrantes destacou-se a presença do Ministro da Controladoria Geral da União (CGU) Jorge Hage Sobrinho, Ministro do

Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e do ex-ministro do Planejamento Nelson Machado, além das desembargadoras do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Luzia Nadjia Nascimento e Maria Edwiges Lobato e dos Conselheiros Cesar Colares, Odilon Teixeira, Nelson Chaves, e Conselheira Substituta Milene Cunha, bem como os professores Jorge Jacoby e Victor Pinheiro, entre outras autoridades de diversas áreas da Administração Pública.



PLANEJAMENTO E GESTÃO

Planejamento e Gestão Estratégica também são eixos prioritários da administração do Presidente Luis Cunha, que promoveu a construção conjunta dos instrumentos de planejamento, que servirão para fundamentar as futuras decisões.

DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO COLABORATIVA FUNDAMENTAM O PLANO ESTRATÉGICO 2016-2021

O processo de elaboração do Plano Estratégico 2016-2021, foi desenvolvido no período de abril a junho de 2015 e seguiu a linha da governança colaborativa envolvendo todas as unidades de trabalho do TCE-PA, o que deu ao processo um caráter participativo, de construção coletiva em cada etapa.

Desta forma, os membros e servidores do TCE-PA, definiram, em 2015, os objetivos, ações estratégicas, indicadores e metas que nortearão os caminhos da instituição nos próximos seis anos. A metodologia adotada para construção do Plano foi o Balanced Scorecard (BSC), modelo este que permite a mensuração do progresso do Plano Estratégico por meio de metas e indicadores, com a finalidade de alcançar os objetivos traçados pela instituição.

O Plano Estratégico 2016-2021 foi elaborado por meio de 16 (dezesesseis) oficinas de trabalho e contou com representantes de todas as unidades de trabalho do TCE-PA totalizando aproximadamente 50 participantes, além das pesquisas orientadas realizadas junto aos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do TCE-PA e junto aos Jurisdicionados e Sociedade Civil Organizada, que contribuíram para o resultado final.



**Governança
Colaborativa
e Participativa**

SISTEMA DE MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO (SISPLAN)

Para garantir o monitoramento das ações estratégicas decorrentes do Planejamento foi desenvolvida ferramenta tecnológica para acompanhar a execução do Plano Estratégico 2016-2021 e do Plano de Gestão do TCE-PA. Este sistema é uma inovação institucional que tem feito a diferença no que tange a mensuração e apuração dos resultados alcançados. O Sistema de Monitoramento do Planejamento (SISPLAN) foi instituído pela Portaria nº 29.969, de 27 de Julho de 2015. Esta ferramenta cedida ao Tribunal de Contas por meio de acordo de cooperação técnica celebrado com Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), e desenvolvido em plataforma de software livre foi customizado de acordo com as diretrizes do Sistema de Planejamento deste

Tribunal. O SISPLAN disponibiliza informações gerenciais quanto a execução das Ações Estratégicas do Plano de Gestão, além de monitorar os objetivos traçados no Plano Estratégico, por meio do monitoramento da evolução dos indicadores de desempenho e suas metas.



Figura2 Sistema de Monitoramento do Planejamento (SISPLAN)

COMITÊ DE GESTÃO OPERACIONAL (CGO)



O processo de governança colaborativa consolida a integração entre as equipes de trabalho. E para avançar nessa direção é essencial aliar a este processo, instrumentos que ajudem a democratizar as informações e execução das ações.

Dessa forma, foi instituído o Comitê de Gestão Operacional (CGO) que tem como objetivo viabilizar a execução das ações estratégicas, eliminando barreiras organizacionais. A portaria nº 29.402 de 09 de março de 2015 normatizou a instituição do CGO.

EFETIVIDADE NO CONTROLE EXTERNO

Em 2015, o Tribunal Pleno apreciou 1.101 processos. Os valores referentes às glosas aplicadas atingiram o montante de R\$11 milhões, e o total das multas aplicadas chegou a R\$618 mil, sendo que, o montante da amortização das multas impetradas foi de R\$195 mil, recebidos pelo TCE-PA.

Neste período, foram analisados também, pelas controladorias do Tribunal, 1.417 atos de pessoal, além de 1.584 processos de contas de gestão.

Principais Resultados



AUDITORIAS

Com o objetivo de analisar, avaliar e orientar a aplicação dos recursos públicos, em 2015, realizou 01 auditoria operacional na área da saúde, 05 monitoramentos de ações de auditorias operacionais, sendo 01 na área da educação "Capacitação e Habilitação de Professores Leigos" e 04 monitoramentos nas ações do programa "Água para Todos" da área de sa-

neamento.

A implementação da fiscalização concomitante ao exercício de 2015, mediante autuação processual, com a adequação do Sistema de Gestão de Documentos (SISGED) aos instrumentais de fiscalização previsto no art. 72 do Regimento Interno do TCE-PA, se constitui em uma atuação inédita realizada pelo tribunal.

IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO



A implantação do Processo Eletrônico é uma importante ação prevista no Plano de Gestão 2015-2017, que proporciona benefícios importantes como: celeridade processual, padronização, transparência, redução de custos e gestão do conhecimento, além de estabelecer um canal direto entre o Tribunal e seus jurisdicionados.

Durante o ano de 2015, a comissão multidisciplinar, responsável pela implantação do Processo Eletrônico, formada por servidores de diversas unidades de trabalho, elaborou o termo de referência para aquisição do software que

viabilizará a modernização do modelo de prestação de contas dos jurisdicionados. Está prevista a conclusão da implantação do Processo Eletrônico para o ano de 2016, e representará um marco dentre as inovações da gestão do Conselheiro Luis Cunha.

Com o objetivo de dar suporte ao Processo Eletrônico, foi instalado o novo Sistema de Armazenamento de Dados (Storage). Esta atualização tecnológica visa a ampliação da capacidade de armazenamento de dados corporativos, impulsionando, dessa forma, a modernização dos processos de trabalho do Tribunal.

BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

EVENTO EDUCORP

O TCE-PA apresentou experiências exitosas, no VI Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas do Brasil (EDUCORP), promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) e pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE), em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB). O Projeto TCE Cidadão, com a cartilha eletrônica “Cidadania em Ação” e a Metodologia utilizada para a Elaboração do Plano Estratégico 2016-2021 do TCE-PA, foram as boas práticas apresentadas no evento nacional, na cidade de Fortaleza - CE. O evento teve por objetivo promover a troca de conhecimento entre as Unidades de Educação Corporativas dos Tribunais de Contas que visam a promoção, elaboração e execução de programas de aperfeiçoamento e a qualificação para os servidores do controle externo.



COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Em 2015 foi realizada a implantação da Comissão de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência, por meio da resolução 18.727 de 03 de setembro de 2015, atendendo ao art. 19 do Regimento Interno do TCE-PA. Esta Comissão visa sistematizar e consolidar julgados, viabilizando o acesso às informações de forma célere, transparente e equânime, auxiliando, desta forma, os órgãos técnicos e os jurisdicionados.

CONVERSANDO COM CONTROLE INTERNO

Sob a coordenação da Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV), no ano de 2015, o encontro técnico “Conversando com Controle Interno” capacitou 101 servidores públicos, responsáveis pelo Controle Interno dos órgãos Jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado. Este projeto tem como objetivo aprimorar os procedimentos nos órgãos da administração pública estadual bem como fortalecer o exercício do controle interno como facilitador do pleno exercício do controle externo.



JORNADA CIENTÍFICA DO IRB



O Tribunal de Contas do Estado do Pará, em parceria com o IRB, realizou em novembro de 2015, a Jornada Científica que tem percorrido o país com estudos técnicos a partir de temas voltados ao controle externo, objetivando o contínuo aperfeiçoamento das ações dos Tribunais de Contas e de seus servidores. O Evento tratou do tema “Planejamento: Ferramenta Primordial na Gestão dos Recursos Públicos”.

MARCO DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (MMD)

O TCE-PA recebeu da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) a Certificação de Qualidade pela conclusão do processo avaliativo do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD), desenvolvido pela ATRICON, em colaboração com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e de todos os Tribunais de Contas do Brasil. O MMD faz parte do Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC) e tem como objetivo a auto avaliação dos Tribunais de Contas e o fortalecimento do sistema nacional de controle externo, contribuindo para que os Tribunais atuem, de maneira harmônica, efetiva e uniforme, aprimorando a qualidade e agilidade das suas auditorias, julgamentos e governança interna.



Por meio de metodologia internacional recomendada pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), além de resoluções da própria ATRICON, foram analisados 27 Indicadores, distribuídos entre 81 dimensões e aproximadamente 500 critérios de avaliação, que levam em conta a composição, organização e funcionamento dos Tribunais.

SEXTA DE INTEGRAÇÃO

Com a finalidade de aprimorar, continuamente, as atividades de controle externo por meio do debate de temas relevantes à administração pública, à sociedade e aos jurisdicionados, o TCE-PA instituiu em 2015, por meio da Resolução 18.686 de 05 de março de 2015, o evento denominado “Sextas de Integração” que tem como objetivo atrair jurisdicionados das diversas áreas da gestão governamental e/ou representantes de entidades não governamentais e da sociedade civil para debater temas de relevância para os paraenses e para os jurisdicionados



do TCE-PA.

Ao longo do ano de 2015, o evento contou com a presença de autoridades palestrantes da Administração Pública como os Secretários de Segurança Pública, de Saúde, de Educação, da Fazenda Estadual, do Presidente da Fundação de Assistência Socioeducativa do Pará e do Excelentíssimo Governador do Estado do Pará, além do Comandante Militar do Norte. Os eventos realizados, atingiram público de aproximadamente 824 participantes.



PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS COLABORAM COM O CONTROLE EXTERNO

AUDITORIA EM RECURSOS EXTERNOS



O primeiro relatório de auditoria de recursos externos, foi apreciado em sessão plenária no dia 16/04/2015. Foram auditados recursos utilizados pela Secretaria de Educação (SEDUC) no projeto de Melhoria da Qualidade de Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará que faz parte do Pacto pela Educação. Este projeto teve financiamento do Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID), por meio do Contrato de Empréstimo n. 2933/OC-BR firmado entre o BID e o Governo do Estado.

A realização desta auditoria foi motivada pelo protocolo de entendimento firmado entre o TCE-PA e o BID, com o objetivo de qualificar o tribunal a realizar auditorias externas em projetos financiados com recursos do banco, em conformidade com as normas internacionais de auditoria para entidades superiores de fiscalização, emitidas pela organização internacional de entidades fiscalizadoras superiores.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

O acordo de cooperação técnica entre o TCE-PA e o TJPA visa o compartilhamento mútuo de ferramentas, métodos e procedimentos referenciados como boas práticas na gestão pública.

Em 2015, foi realizada a cessão de plataformas informacionais para o desenvolvimento e adequação de sistemas informatizados. Com objetivo de contribuir com o aprimoramento da gestão na área de Planejamento, foi cedido e customizado o Sistema de Monitoramento do Planejamento (SISPLAN), e com a finalidade de tornar mais eficiente o controle foi cedido o Sistema de Auditoria (AUDI), que auxilia o auditor em suas atividades, abrangendo todas as fases do procedimento de auditoria, produzindo como resultado principal o Relatório de Auditoria em formato padronizado.

ASSISTÊNCIA SÓCIO EDUCATIVA



O TCE-PA e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (FASEPA) firmaram termo de cooperação técnica com vistas à colocação de adolescentes de 16 a 18 anos no mercado formal de trabalho. Em função deste acordo, os adolescentes atendidos pela FASEPA, tem a possibilidade de executar serviços de natureza administrativa sob orientação de supervisores do Tribunal, com o intuito de preparar os jovens para o mercado de trabalho.

REUNIÃO INTERINSTITUCIONAL DO MARCO REGULATÓRIO DO 3º SETOR

A reunião interinstitucional do Marco Regulatório do 3º Setor teve como principal objetivo discutir aspectos da Lei nº 13.019/2014 e sua alteração provocada pela Medida Provisória nº 684/2015. O encontro objetivou ainda fomentar a integração entre os órgãos de fiscalização e o Poder Executivo, órgão repassador dos recursos, além de definir as regras e padrões, que vão desde a captação dos recursos, até a respectiva prestação de contas.

O encontro aconteceu neste Tribunal e contou com a participação de representantes do Ministério Público do Estado (MP-PA), Ministério Público de Contas do Estado (MPC-PA), Casa



Civil, Ordem dos Advogados do Pará (OAB/PA), Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), Auditoria Geral do Estado (AGE), Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Procuradoria Geral do Município.

CAPACITAÇÃO: FERRAMENTA DE QUALIFICAÇÃO

A Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV), tem o propósito de promover ações de capacitação e qualificação profissional aos servidores do TCE-PA e jurisdicionados, além de ofertar cursos realizados por outras instituições de ensino, conjuntamente com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEPE).

Durante o ano de 2015 foram realizados 91 cursos/eventos direcionados aos servidores do TCE-PA, sendo 80 (oitenta) presenciais e 11 (onze) utilizando a modalidade de aprendizagem à distância (EaD), no qual foi capacitado cerca de 1.593 servidores. Foram realizados, ainda, 109 cursos/eventos para os jurisdicionados, capacitando cerca de 9.175 participantes.

91 cursos
109 ações educativas
1.593 servidores e
9.175 jurisdicionados
capacitados

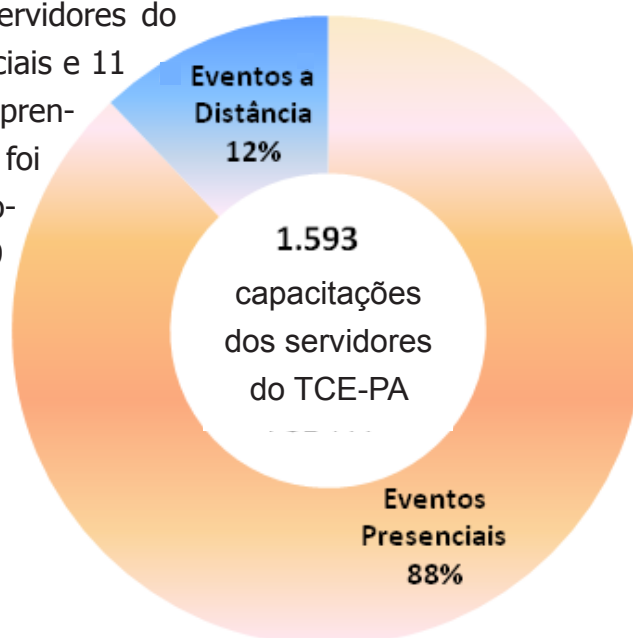


Gráfico3 Capacitação de servidores do TCE-PA

Fonte: TCE/ECAV



A Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV) está trabalhando na implantação da plataforma de educação à distância, na implementação do Plano de Educação Corporativa e no Catálogo de Ações Educacionais.

Outra ação importante, ainda na área das ações educacionais para os servidores do TCE-PA, foi a implementação, em 2015, do Conselho Consultivo da Escola de Contas do Tribunal, com representante eleito dos servidores.

POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS VALORIZA SERVIDORES

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEP) foi inserida na estrutura organizacional do TCE-PA, por meio do Ato nº71 de 05/02/2015. Este instrumento normativo dispõe sobre a estrutura e as competências da nova secretaria, a quem compete, em síntese, o planejamento, organização, execução, coordenação e supervisão das atividades relacionadas à gestão de pessoas, premissa da administração do Conselheiro Luis Cunha, como eixo estratégico.

Após a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), dos servidores do TCE-PA, durante a presidência do Conselheiro Cipriano Sabino, foi realizada, em 2015, a regulamentação do Plano, cuja a finalidade foi

estabelecer um sistema permanente de desenvolvimento funcional do servidor, vinculado aos objetivos institucionais, obedecidos os critérios de igualdade de oportunidades, competência, mérito e qualificação profissional, garantindo a eficiência dos serviços prestados pelo controle externo estadual.

Dessa forma foi regulamentado, em 2015, o Adicional de Qualificação, aprovado pelo Pleno, por meio da Resolução nº 18.721 de 08 de julho de 2015, que disciplinou a concessão do adicional aos servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, além disso, também estão em fase de implantação, o Banco de Horas e o Sistema de Avaliação de Desempenho.

REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

Outra ação importante iniciada em 2015, com o propósito de expansão do exercício do controle externo é a realização de Concurso Público para provimento de cargos para cumprimento da missão institucional. Autorizado pelo Tribunal Pleno, a Comissão Organizadora do concurso fora constituída e o termo de referência elaborado. O concurso será efetivado para ocupar 95 (noventa e cinco) cargos de provimento efetivo, em diversas modalidades do controle externo e da área administrativa.

ESTÁGIOS

Os estágios supervisionados abrem às portas do mercado de trabalho a estudantes universitários que queiram ter prática profissional.

Em 2015 foram disponibilizadas 36 vagas de estágios nas áreas de Ciências Contábeis, Direito, Engenharias de Produção e Civil, Admi-

nistração e Relações Internacionais, Publicidade e Propaganda e Medicina. Os acadêmicos são selecionados com o apoio do Centro Integrado Empresa Escola (CIEE) e contratados por um período de um ano podendo ser o contrato prorrogável, por igual período.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA



O Tribunal de Contas, em 2015, com ações concretas participou das Campanhas "Outubro Rosa", que promove a conscientização mundial de combate e prevenção ao câncer de mama, bem como a Campanha "Novembro Azul" que combate o câncer de próstata. O objetivo é reforçar a importância da prevenção da doença e a realização dos exams para mulheres e homens. Participou, ainda de Campanhas para Arrecadação de alimentos para Casa de Plácido, Agosto Vermelho, "TCE Doador" e a de Coleta de meias para confecção de cobertores (parceria com TJPA) para idosos e moradores de rua.

O Programa de Atendimento e Acompanhamento em Saúde (PRO-AAS), prosseguiu durante o ano de 2015 com as ações previstas. Foram realizados atendimentos psicológicos e sociais aos servidores e dependentes, bem como ações de sensibilização para melhorar qualidade de vida dos servidores do TCE-PA.

- Campanha de vacinação contra gripe;
- Ginástica Laboral;
- Palestra – Saúde Mental: Como aumentar a capacidade do nosso cérebro".

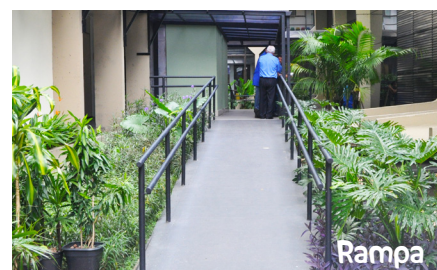


ADMINISTRAÇÃO COM FOCO NA EFICIÊNCIA

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de adequar a estrutura logística a estratégica definida pelo Tribunal, foram realizadas, em 2015, ações de adequação da estrutura predial do TCE-PA, no qual foram realizadas ações como:

- Revitalização e conclusão da Fachada do Prédio Sede;
- Acessibilidade ao Prédio Sede do Tribunal;
- Conclusão da nova garagem;
- Instalação de sinalização predial;
- Implantação do Sistema de áudio do anexo IV;
- Reforma e adaptação do anexo III (Gabinete de Conselheiro, Corregedoria e Copa).



SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA

Foi adquirido e implantado, em 2015, o Sistema de Cotação Eletrônica, para dar maior transparência e tornar mais célere o processo de aquisição de bens e serviços no TCE-PA. Esta aquisição amplia o acesso à estimativas de preços dos produtos e serviços a serem licitados, além de armazenar eletronicamente, em banco de dados, as informações sobre os processos licitatórios.

GESTÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO TCE-PA

Em 2015, o Tribunal de Contas investiu recursos da ordem de R\$ 194,2 milhões, sendo R\$173,6 milhões dos recursos do tesouro estadual que representou 89% do total. Para a fonte de recursos do Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do TCE-PA (FUNTEC) foi destinado o equivalente a R\$ 305 mil, os recursos oriundos de outras receitas representam 9,3% e os oriundos da receita patrimonial foi de 1,18%, conforme infográfico a seguir.

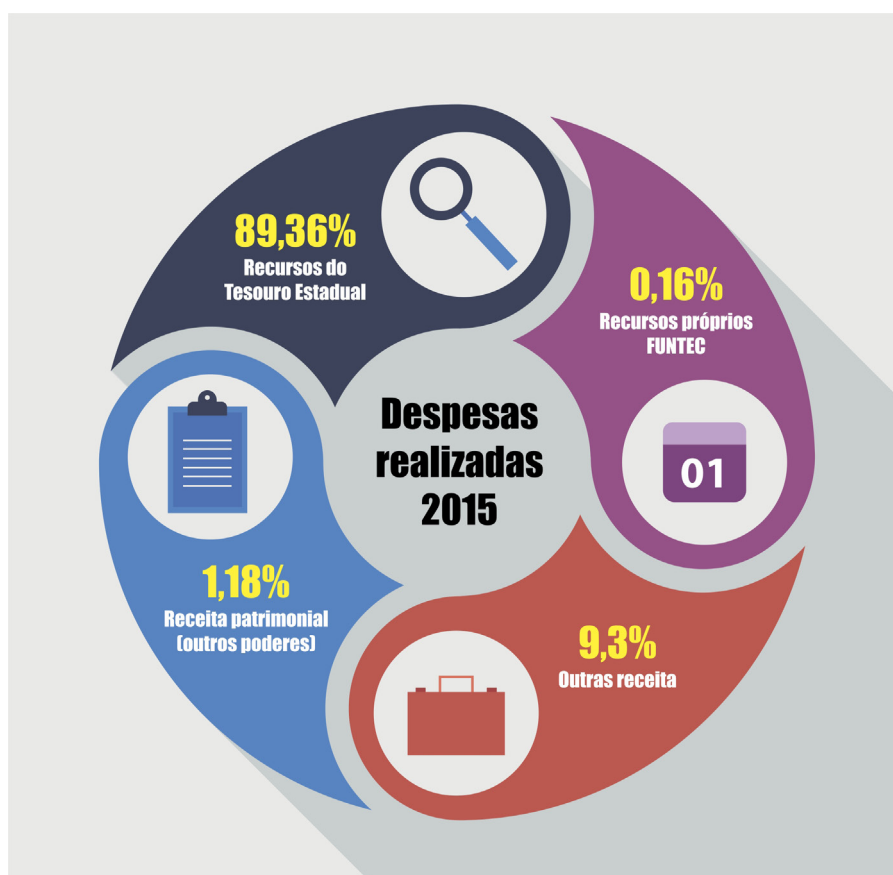


Gráfico4 Despesa realizada por fonte de recursos em 2015

Fonte: TCE/SEADM/SIAFEM

Do total de recursos do tesouro estadual, em 2015, foram destinados R\$166,6 milhões, para as despesas de pessoal, o equivalente a 85,76%. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as despesas com pessoal durante o período, alcançaram o equivalente a 0,71,% sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), logo o TCE-PA cumpre a exigência da lei e está dentro do limite legal estabelecido de 0,96% fixado pela referida lei.

Para as despesas de custeio foram destinados R\$ 13,97% do total do orçamento e 0,27% para investimentos.

A tabela a seguir demonstra a composição do total das despesas realizadas pelos principais grupo de despesas do orçamento 2015.

Tabela1 Percentual do Orçamento por Grupo de Despesa - 2015

Grupo de Despesa	Valor(R\$1,00)	%
Pessoal e Encargos Sociais	166.567.160	85,76
Outras Despesas Correntes	27.126.156	13,97
Investimentos	521.837	0,27
TOTAL	194.215.163	100,00

Fonte: TCE/SEADM/SIAFEM

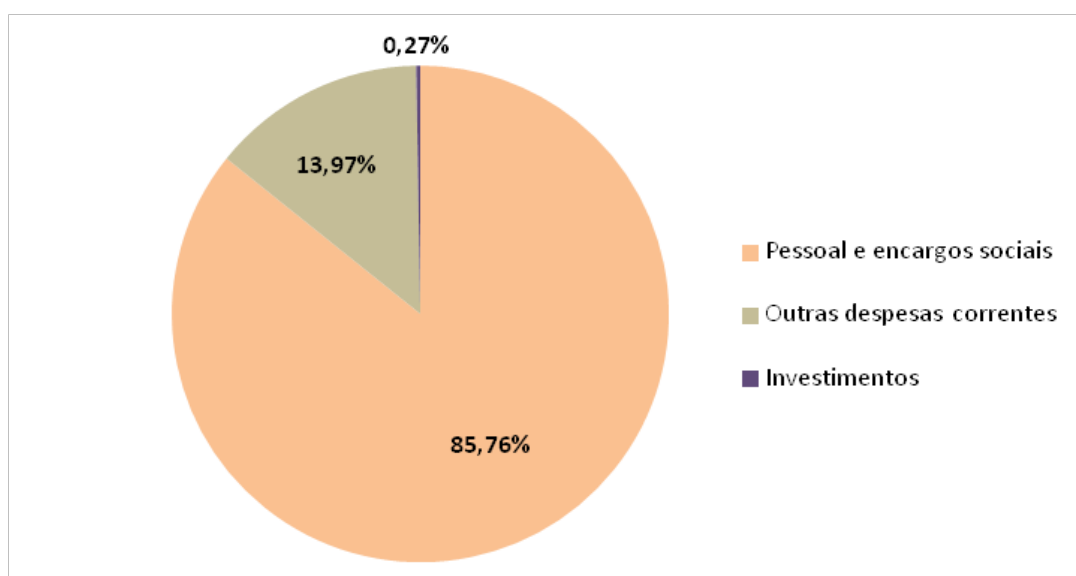


Gráfico5 Percentual do Orçamento por Grupo de Despesa - 2015

Fonte: TCE/SEADM/SIAFEM

A receita própria do TCE-PA, proveniente do FUNTCE, teve uma arrecadação de R\$305 mil, obtida graças aos ganhos em eficiência. São receitas que compõe o Fundo: taxas a título de ressarcimento de despesas de peças processuais; taxa de selo na autenticação de certidões e documentos; multas aplicadas aos administradores ou responsáveis por recursos públicos da administração direta e indireta, dentre outras.

O TCE-PA investiu também cerca de R\$ 521 mil do total das despesas, no aperfeiçoamento da prestação dos serviços de fiscalizações, com ações nas áreas de informática, construção, ampliação e reforma de prédios, aquisição de equipamentos, mobiliário e outros.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan, Isabella Tupinambá Emmi, Karen Tâmilés Barreto Monteiro Barbosa

REVISÃO

Clóvis Luz, Carmen Serrano

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Clewerson Castelo Branco de Queiroz

FOTOGRAFIA

Rodrigo Ferreira Lima



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Travessa Quintino Bocaiúva, 1585 Cep: 66035-903

Fone: (91) 3210-0555

Belém - Pará - Brasil